



INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA
ASSUNTO: VETO AO AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4.396 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021

EMENTA: Veto integral ao Autógrafo de Lei nº 4.396, de 23 de novembro de 2021 que dispõe sobre a alteração do art. 50 da Lei Municipal nº 3.119 de 03 de janeiro de 2008.

Ao Excelentíssimo Senhor
ANTONIO COSTA DO NASCIMENTO
Presidente da Câmara Municipal de Luziânia
Praça Nirson Carneiro Lobo nº 34, Centro
72.800-060 – Luziânia – GO

Senhor Presidente,

Cabe-me informá-lo que o Autógrafo de Lei nº 4.396, de 23 de novembro de 2021, que dispõe sobre a alteração do art. 50 da Lei Municipal nº 3.119 de 03 de janeiro de 2008 foi integralmente vetado, pelos fatos e motivos de direitos que passamos a expor:

1. Razões do veto:

Trata-se de análise jurídica sobre a constitucionalidade e legalidade do Autógrafo de Lei nº 4.396, de 23 de novembro de 2021, de iniciativa do Poder Legislativo do Município de Luziânia – GO.

O presente Autógrafo visa estabelecer nova redação ao art. 50 da Lei Municipal 3.119 de 03 de janeiro de 2008, cujo texto descrevia o conceito de vencimentos, qual seja, "*Vencimentos é a soma do vencimento com as vantagens de natureza permanentes estabelecidas em lei*" alterando para a seguinte redação: "*O salário base do servidor público municipal não poderá ser inferior ao mínimo nacional, não importando as vantagens adquiridas, devendo somar o vencimento com as vantagens de natureza permanentes estabelecidas em lei*".



Pois bem, sob a ótica formal, constata-se que é o Prefeito que tem competência exclusiva para legislar sobre matéria a Criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica ou aumento de sua remuneração, como preconiza o art. 77, I, da Lei Orgânica do Município.

Portanto, é certo que compete ao Prefeito Municipal, figura que exerce as funções de governo relacionadas ao planejamento, organização e direção de serviços da municipalidade, eleger as prioridades e decidir quais ações governamentais, diretrizes e metas deverão ser estabelecidas para atender ao interesse do funcionalismo público, havendo, portanto, inconstitucionalidade quanto à competência na apresentação do Projeto de Lei que ocasionou o presente Autógrafo.

Pela ótica material, o Plenário do Supremo Tribunal Federal aprovou, as súmulas vinculantes 15 e 16, ambas referem-se à remuneração de servidores públicos. A primeira delas trata do cálculo das gratificações no Serviço Público, enquanto que a segunda determina que o total da remuneração do servidor público não pode ser inferior ao salário mínimo.

Súmula Vinculante 15 - "O cálculo de gratificações e outras vantagens não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo do servidor público".

Súmula Vinculante 16 - "Os arts. 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da Constituição, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público".

Consoante verifica-se da previsão legal contida no art. 49 da Lei Municipal 3.119 de 03 de janeiro de 2008, o vencimento do servidor não pode ser inferior ao salário mínimo nacional, sendo que o vencimento do servidor compreende a retribuição pelo efetivo exercício do cargo público, com valor fixado em lei.

Já o termo salário base o qual se pretende estabelecer como parâmetro o salário mínimo, se destina ao pagamento de empregados públicos, admitidos sob o regime jurídico trabalhista contratual, sujeitos à CLT, razão pela qual sequer há descrição do seu conceito no regime dos servidores públicos do Município de Luziânia.



Ademais, o §1º do art. 1º da LRF menciona que a responsabilidade na gestão fiscal compreende a prevenção de riscos e a correção de desvios, com a finalidade de se manter o equilíbrio das contas públicas, *in verbis*:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

O art. 16 da mesma Lei, por seu turno, informa que:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;



II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Logo, é necessário evidenciar que o aumento da base de remuneração do servidor público impede o cumprimento de uma gestão financeira responsável, tendo em vista a importância da transparência no que concerne ao dispêndio daquilo que se aprova em lei, a fim de se saber se há lastro fiscal suficiente para se sustentar o impacto orçamentário e financeiro que incidirá sobre a folha de pagamento.

2. Conclusão

Diante do exposto, manifesto-me pela inconstitucionalidade do Autógrafo de Lei e, por consequência, opino pelo seu veto, porquanto inconstitucional tanto sob o aspecto formal, contendo vício de iniciativa, por violar o Princípio da Separação dos Poderes e o art. 77, I da Lei Orgânica Municipal, quanto material, por ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal, em seus arts. 1º e 16.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro de 2021.



DIEGO VAZ SORGATTO
PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA